



CONTRATO Nº 021/2025

**CONTRATO Nº 021/2025, QUE FAZEM
ENTRE SI A CÂMARA MUNICIPAL DE
JATAÍ, POR INTERMÉDIO DE SEU
PRESIDENTE MARCOS PATRICK DE
CASTRO GOMES E A EMPRESA 1DOC
TECNOLOGIA S/A.**

Pelo presente instrumento, a CÂMARA MUNICIPAL DE JATAÍ-GO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 24.858.805/0001-39, com sede em Jataí-GO, estabelecida na Praça da Bandeira, 96, Centro - Jataí-GO, neste ato representada por seu Presidente, Vereador Marcos Patrick de Castro Gomes, portador de CI-RG nº 5511298 SPTC-GO, CPF sob nº 043.345.241-25, brasileiro, casado, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa 1Doc Tecnologia S/A, situada na Av. Luiz Boiteux Piazza, nº 1302, Lote 89, Cachoeira do Bom Jesus - Florianópolis-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.625.833/0001-76, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por Alice de Magalhães Leão Luz, inscrita no CPF nº 104.764.646-33, e em observância às disposições do Artigo 75, II, da Lei nº 14.133/2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Processo de Dispensa nº 073/2025, Processo Administrativo nº 1194/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DOS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS:

1.1. “Contratação de Empresa Especializada para Fornecimento de Sistema Informatizado em Formato SaaS para Gerenciamento Eletrônico de Documentos Multiuso”.

1.1.1. Constitui objeto do presente instrumento o Fornecimento contratação de Sistema Informatizado em formato SaaS para Gerenciamento Eletrônico de Documentos Multiuso, contemplando os Módulos: Memorando, Ofício Eletrônico, Circular, Protocolo Eletrônico, Pedido de e-SIC, Processo Administrativo, Ouvidoria Digital, Gestão Avançada de processos (workflow), Assinatura digital em lote e Aplicativo Móvel para Atendimento, para no mínimo 50 (cinquenta) usuários, acompanhada da prestação de serviços de implantação, capacitação, suporte técnico e manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva, com compatibilidade com o sistema de gestão utilizado atualmente (SIGEP). Tendo como objetivo padronizar a comunicação, reduzir gastos públicos, oferecer transparência e registrar informações de atendimento aos contribuintes, em todos os departamentos da Câmara Municipal de Jataí-GO.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:



2.1. A forma de execução é indireta, sob o regime de empreitada por Preço Unitário (Art. 92, IV, da Lei 14.133/2021).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO:

3.1. A Contratante pagará à Contratada o valor de mensal (unitário) de: **R\$ 4.200,00** (quatro mil e duzentos reais), totalizando o valor global de: **R\$ 50.400,00** (cinquenta mil e quatrocentos reais), pelos 12 (doze) meses de vigência do presente instrumento.

3.2. Os preços unitários e totais estão relacionados acima e nestes valores já estão incluídos todos os tributos, encargos sociais e previdenciários, transporte, hospedagem e alimentação de pessoal, máquinas, acessórios, uniformes, equipamentos e outras despesas com transporte e quaisquer outros ônus, que porventura possam recair sobre a prestação dos serviços, objeto da presente licitação, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente da contratada.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1. O pagamento será efetuado mensalmente, em até 05 (cinco) dias do mês subsequente à prestação dos serviços, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, que será liberada para pagamento somente após a aprovação do Departamento Competente, quando cumpridas, pela contratada, todas as condições pactuadas. Na Nota Fiscal deverá constar o banco, agência e Número da conta da Contratada e o nº da Ordem de Fornecimento.

4.2. A contratada somente poderá emitir Nota Fiscal/Fatura após a emissão da respectiva Nota de Empenho, em conformidade com o disposto no presente contrato.

4.3. É expressamente vedada a cobrança, em qualquer hipótese, de sobretaxa ao preço contratado quando do pagamento dos serviços fornecidos pela contratada.

4.3.1. Os documentos glosados devido à inconsistência da documentação poderão ser adequados e reapresentados na competência seguinte.

4.3.2. Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

4.4. A Câmara poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes à multa ou indenizações devidas pela empresa VENCEDORA, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

4.5. Quaisquer erros ou omissões havidas na documentação fiscal ou na fatura será objeto de correção pela CONTRATADA e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE:



- 5.1. Após o interregno de um ano e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice INPC/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 5.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 5.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o valor será reajustado conforme a última variação conhecida.
- 5.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 5.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, o qual deverá ser o mais conservador possível de forma a não onerar injustificadamente a administração, por meio de termo aditivo.
- 5.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA:

- 6.1. A vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado, na forma do art. 107, da Lei nº 14133/2021, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.
- 6.2. Nas eventuais prorrogações contratuais, quando for o caso, os custos não renováveis não pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para a renovação.
- 6.3. Também não se realizará a prorrogação contratual quando a CONTRATADA tiver sido declarada inidônea, impedida ou suspensa temporariamente de participação em licitação e/ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os efeitos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

- 7.1. As despesas decorrentes da execução do presente correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: **339040-04 (Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação/ Locação de Software)**.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE:

8.1.1. SÃO DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:



- 8.1.1.1. Cumprir fielmente o que estabelece o Termo de Referência, parte integrante do presente instrumento, em especial no que se refere à especificação e à execução dos serviços.
- 8.1.1.2. Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual ou Municipal, bem como, ainda, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas em legislação.
- 8.1.1.3. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- 8.1.1.4. Prestar o serviço objeto desta contratação, conforme descrito supra, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções programadas.
- 8.1.1.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas, por intermédio do preposto designado para acompanhamento do contrato, a contar de sua solicitação.
- 8.1.1.6. Executar, de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz.
- 8.1.1.7. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do Contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE.
- 8.1.1.8. Acatar as orientações da CONTRATANTE, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas.
- 8.1.1.9. Prestar esclarecimentos à CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que se refiram a CONTRATADA, independente de solicitação.
- 8.1.1.10. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade nos serviços e prestar os esclarecimentos e orientações julgados necessários.
- 8.1.1.11. Reconhecer o Gestor do Contrato, bem como outros servidores que forem indicados pela CONTRATANTE, para realizar as solicitações relativas a esta contratação.
- 8.1.1.12. Levar, imediatamente, ao conhecimento do Gestor do Contrato, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis.
- 8.1.1.13. Assumir, no que couber, as responsabilidades pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação da licitação.
- 8.1.1.14. Assumir inteira responsabilidade técnica e operacional pelo objeto contratado, ainda que, eventualmente, subcontrate parte da execução, permanecendo integralmente responsável perante a CONTRATANTE.
- 8.1.1.15. Caso o problema na execução do serviço detectado tenha a sua origem fora do escopo do objeto contratado, a CONTRATADA repassará as informações técnicas com a devida análise fundamentada que comprovem o fato para a CONTRATANTE, sem qualquer ônus para esta.



8.1.1.16. Custear, no que couber em decorrência deste instrumento contratual, toda e qualquer despesa que possa existir com referência aos serviços, encargos sociais, ou qualquer outra despesa adicional que possa existir com referência ao cumprimento do objeto do presente edital.

8.1.1.17. Recolher mensalmente os tributos devidos de sua competência sobre a realização dos serviços.

8.1.1.18. Sem prejuízo de plena responsabilidade da contratada, todos os serviços serão fiscalizados pelo fiscal do contrato.

8.1.1.19. Todas as despesas decorrentes da contratação, bem como encargos trabalhistas, previdenciários e tributários decorrentes da execução deste contrato sob a responsabilidade legal da CONTRATADA, cabendo-lhe ainda inteiramente responsabilidade por quaisquer acidentes de que possam vir a serem vítimas seus empregados, quando em serviço, bem como quaisquer danos ou prejuízos porventura causados a terceiros.

8.2 – SÃO DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

8.2.1 Fiscalizar a execução do avençado, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da contratada pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem quaisquer danos causados por si e/ou seus funcionários, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

8.2.2 Comunicar à contratada qualquer irregularidade encontrada no serviço ou objetos da contratação, fixando-lhe, quando não pactuado, prazo para corrigi-los;

8.2.3 Decidir acerca das questões que se apresentarem durante a prestação dos serviços;

8.2.4 Notificar, por escrito, a contratada da aplicação de qualquer sanção;

8.2.5 Efetuar o pagamento à contratada no prazo acordado, após a entrega da nota fiscal/fatura no setor competente.

8.2.6 Prestar informações necessárias, com clareza, para execução dos serviços avençados;

8.2.7 Credenciar perante a contratada, mediante documento hábil, servidores autorizados a acompanhar, fiscalizar e conferir a qualidade e execução dos serviços adjudicados;

8.2.8 Acompanhar e fiscalizar permanentemente a execução dos serviços, visando atendimento das normas, especificações e instruções estabelecidas, devendo intervir quando necessário, a fim de assegurar sua regularidade e o fiel cumprimento;

8.2.9 Aplicar, quando for o caso, as penalidades, advertências e sanções previstas no edital e contrato, de acordo com as Leis que regem a matéria;

8.2.10 Solicitar, a qualquer tempo, dados e informações referentes aos serviços objeto da dispensa de licitação.

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

9.1. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou de qualidade inferior na realização dos serviços, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes.

9.2. A CONTRATANTE indicará, por meio de ato administrativo, os responsáveis pelas atividades de acompanhamento, fiscalização e gestão do contrato, especificando as atribuições de cada um, inclusive quanto à comunicação direta com a CONTRATADA para esclarecimentos e resolução de pendências.

9.3. Fica estabelecido que as comunicações entre as partes deverão ser realizadas preferencialmente por meio eletrônico, com confirmação de recebimento, devendo ser mantidos registros das reuniões periódicas, relatórios mensais, notificações e demais documentos pertinentes à execução contratual.

9.4. A avaliação da conformidade dos produtos e serviços será realizada em duas etapas:

- a) Recebimento provisório, mediante verificação do atendimento às especificações técnicas;
- b) Recebimento definitivo, após análise do cumprimento integral das obrigações contratuais e das metas estabelecidas.

9.5. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento.

9.6. O descumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas em lei e neste contrato, incluindo advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitações e rescisão contratual.

9.7. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou de qualidade inferior na realização dos serviços, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO RECEBIMENTO:

10.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização e após a verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES:

11.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará inadimplência da CONTRATADA ou licitante vencedora, sujeitando-as às penalidades de

advertência, multa, suspensão do direito de licitar e contratar e à declaração de inidoneidade, salvo a superveniência comprovada de motivo de força maior, desde que aceito pela Câmara Municipal de Jataí-GO, respeitando o direito ao contraditório e à ampla defesa.

11.2. O contrato ficará de pleno direito rescindido em caso de inexecução, total ou parcial. Ficando a Câmara com o direito de aplicar multas ao contratado, além de exigir, se for o caso, indenização.

Parágrafo Único – O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do contratado sujeitando-o as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato;
- c) Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Jataí-GO pelo prazo de 02 anos.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Câmara Municipal de Jataí-GO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

12.1. Este contrato reger-se-á de acordo com as normas da Lei nº 14.133/2021 e suas posteriores alterações, nos casos omissos, pelas demais normas de Direito vigentes e no termo de referência, da Dispensa de Licitação nº 73/2025.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO:

13.1. Este instrumento contratual guarda consonância com as normas contidas na Lei nº 14.133/2021, e suas posteriores alterações, e ao Termo de Referência, à Proposta Comercial da CONTRATADA, e demais documentos que compõem o Processo Administrativo nº 1194/2025, Dispensa de Licitação nº 73/2025, independentemente de transcrição, fazem parte integrante complementar deste Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA COMPATIBILIDADE:

14.1. A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO COMPETENTE:

15.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Jataí-GO, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões que surgirem da execução do presente CONTRATO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS:

16.1. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.

Estando devidamente contratadas, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor, para fins e efeitos de direito.

Jataí, 08 de setembro de 2025



Marcos Patrick de Castro Gomes
Presidente

Alice de Magalhães Leão Luz
1Doc Tecnologia S/A



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 1CDE-2531-CD54-3827

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MARCOS PATRICK DE CASTRO GOMES (CPF 043.XXX.XXX-25) em 11/09/2025 14:31:11 GMT-03:00
Emitido por: AC SOLUTI Multipla v5 G2 << AC SOLUTI v5 G2 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)



ALICE DE MAGALHÃES LEÃO LUZ (CPF 104.XXX.XXX-33) em 12/09/2025 08:20:35 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://1doc.1doc.com.br/verificacao/1CDE-2531-CD54-3827>